

ADVOCACIA & CONSULTORIA

Evilson Braz

**Rua Rodrigues de Aquino, nº 267, 9º andar/sala 903 – Edf. Asplan, Centro,
João Pessoa/PB - (083) 8761-0375/9989-6277/3021-8444**

E-mail: evilsonbraz@ig.com.br

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA 3ª VARA DO
TRABALHO DA CAPITAL.

***“o Estado prestará assistência jurídica
integral e gratuita aos que comprovarem
insuficiência de recursos;” (Inc. LXXIV do
art. 5º da CF/88)***

PROC. Nº XXXXXXXXXXXXXXXX.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, devidamente identificado
nos autos da RT, movida por **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, igualmente qualificada,
através de seu advogado e procurador infra-assinado, vem perante V. Exª.,
interpor o presente

RECURSO ORDINÁRIO

ao Colendo TRT da 13ª Região, por não se conformar com a sentença do **(SEQ. 28)**, que julgou procedente em parte os pleitos contidos na reclamatória, para o que anexa as suas Razões para o Provimento, como segue, nos justos termos do art. 895, alínea “a”, do texto Consolidado.

**DO BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA PARA RECORRER AO E.
TRT DA 13ª REGIÃO:**

Requer o reclamado a isenção das custas e do depósito recursal, nos termos das Leis nº 1.060/50 e 7.115/83, porquanto, trata-se de empresário individual, passando por séria crise financeira, que lhe impossibilita de arcar com o preparo, para ver recebido o presente recurso e encaminhado ao Regional, após as formalidades de estilo.

A interpretação jurisprudencial do direito constitucional tem sido ampliativa (inclusive na Justiça do Trabalho), no sentido de garantir a todos que comprovem insuficiências de recursos os benefícios da Justiça Gratuita.

Entender que o benefício só se aplica aos empregados, viola o princípio da isonomia, que também tem assento constitucional, art. 5º, *caput* e inciso I da Constituição. A Lei nº 1.060/50 não faz qualquer distinção entre empregado e empregador, conforme se extrai do regramento do art. 4º, *caput*.

Referido dispositivo legal prescreve que A Parte gozará dos benefícios, não distinguindo empregado de empregador. A lei é construção cultural e a sua interpretação deve alcançar os fins sociais a que se destina e as exigências do bem comum (art. 5º da LICC). **Entendimento contrário levaria ao absurdo de deixar sem os benefícios o pequeno empreiteiro, o empregador arruinado, certos humildes reclamados.**

A jurisprudência já tem posicionado favorável a esse respeito, “*in verbis*”:

“JUSTIÇA GRATUITA. A realidade socioeconômica do País deve se levada em consideração na análise dos fatos, pelo que o microempresário em dificuldades financeiras não deve ser privado da defesa de seus direitos em razão de não ter condições de efetivar o depósito recursal.”(TRT 20ª Região; RO 2785/00; AC 552/01, Rel. CARLOS ALBERTO PEDREIRA CARDOSO, DJ 27.03.2001).

Portanto, se um empregador comprovar a insuficiência de recursos, deve-lhe ser concedido os benefícios da justiça gratuita, com base no art. 5º, inciso LXXIV da CF/88 e Lei nº 1.060/50, tendo em vista que o empregador obedeceu os requisitos constitucionais para auferimento do benefício.

Isto posto, requer a V. Exª., que isente o reclamado da obrigatoriedade das custas e do depósito recursal, face ao seu estado de hipossuficiência, recebendo o presente RO e encaminhado ao TRT, após as devidas formalidades.

N. Termos,
P. Justiça.
João Pessoa/PB, 24 de junho de 2012.

Dr. Evilson Carlos de Oliveira Braz
OAB/PB N. 7664

**ÉGREGIA CORTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO
TRABALHO DA 13ª REGIÃO - PARAÍBA.**

**EXCELENTÍSSIMO DES. RELATOR;
EXCELENTÍSSIMO DES. JUIZ REVISOR;
EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR DO TRABALHO.**

**RECURSO ORDINÁRIO DO RECLAMADO;
RAZÕES DO RECURSO;**

COLENDO PRETÓRIO:

1- A decisão que se recorre (**SEQ. 28**), em que pese a conhecida sabedoria jurídica de seu prolator, “*data máxima venia*”, merece ser revista e corrigida, porquanto, foi injusta ao desprezar as provas colacionadas pelo recorrente com a contestação, bem como, porque o recorrido não conseguiu se desvencilhar da prova do fato constitutivo de seu direito.

2- Não provou satisfatoriamente a reclamante o período alegado na inicial, não sendo justo que a sentença nesse particular possa vingar, apenas e tão somente, por uma questão de presunção, haja vista que nenhuma prova material foi produzida, capaz de confirmar o entendimento contido na sentença, que acolheu por inteiro o tempo exposto na vestibular.

3- Com efeito, confirmou e confessou a recorrida que assinou o TRCT por pedido de demissão, não havendo razão para ser a decisão singular mantida como se encontra, haja vista, que a causa do afastamento foi por pedido da própria reclamante, o que afasta os direitos de ruptura contratual sem justa causa.

4- As verbas rescisórias neste aspecto devem ser diminuídas, porquanto, o tempo alegado não foi provado, bem como, por ter a reclamante solicitado seu desligamento a pedido.

5- Em sendo assim, merece reforma por total a sentença combatida.

Frente ao exposto, requer a V. Ex^a ., que seja conhecido o presente apelo, e que seja intimado o recorrido para querendo, oferecer suas Contra-Razões no prazo, para no mérito ser dado PROVIMENTO ao recurso, com a reforma do julgado nos termos acima apresentados.

N. Termos,
E. Deferimento.
João Pessoa/PB, 24 de junho de 2012.

Drº Evilson Carlos de Oliveira Braz
OAB/PB N. 7664